

Pescas: cooperação com o Japão

Um acordo para a constituição de uma "join venture" na área da captura, processamento, embalagem e gestão do pescado foi assinado entre Cabo Verde e o Japão durante a deslocação que o Secretário de Estado das Pescas, Miguel Lima, fez a esse país asiático.

O protocolo de cooperação estabelece que a sociedade utilizará as infraestruturas existentes nas nossas ilhas que irão beneficiar de investimentos e apoio tecnológico para o aumento da produção e da exportação. O acordo inclui uma calendarização das actividades e fixou o mês de Dezembro próximo como data-limite para a criação da "join venture" (uma associação entre empresas).

Cabo Verde já ensaiou a exportação de lagostas para o Japão por via aérea e foi realizado um envio a título promocional de mil quilos de marisco que resultou num sucesso, devido ao baixo nível de mortalidade durante a viagem e à qualidade do produto, que correspondeu às exigências do mercado nipónico.

Recordamos que este sector vem beneficiando da ajuda do Japão que tem fornecido equipamentos, nomeadamente motores para a modernização da pesca artesanal.

Na perspectiva da "join venture", a frota japonesa de pesca pode voltar aos nossos mares e portos, o que contribuiria para uma maior rentabilização das infraestruturas criadas, sobretudo no Mindelo.

Quisémos saber se este propósito faz parte dos acordos e o Secretário de Estado das Pescas informou-nos que isso ainda não passa de uma hipótese.

S. Vicente já foi base de barcos de pesca japoneses - disse Miguel Lima - mas hoje, apesar das melhores técnicas por nós introduzidas, verifica-se que as capacidades tecnológicas de captura não obrigam os barcos a estar ligados a um porto, porque já se faz o

transbordo dos produtos no alto mar.

Por outro lado a concorrência é grande na nossa região, em termos de portos e estaleiros de reparação naval que oferecem condições preferenciais para as empresas de pesca. Para entrar no jogo temos de baixar os preços dos serviços e aumentar a qualidade porque só assim poderemos ganhar a disputa - acrescentou o dirigente do sector das pescas.

Modernização da frota nacional

Existe um projecto em fase avançada, para a modernização da frota de pesca do país. No desenvolvimento do sector, verificou-se que um dos principais estrangulamentos reside no tipo de barcos que possuímos e que não estão vocacionados para o programa e a dinâmica que se pretende introduzir.

Foi lançado um concurso internacional para a construção de unidades de pesca adaptadas às condições e objectivos do país, que foi ganho pelo Reino Unido. Uma delegação da empresa vencedora já esteve em Cabo Verde para contactos com as autoridades da Secretaria de Estado das Pescas e com outros interessados, a fim de se escolher o tipo de embarcação que interessa construir.

Neste mês, a Secretaria de Estado vai discutir a questão a nível nacional porque, segundo o camarada Miguel Lima, pretende-se que sejam os

privados a fazer as encomendas.

Até agora convinha que o Estado, através de uma empresa pública, liderasse o processo de desenvolvimento da pesca na área da captura. Mas ao passar a dispor de várias embarcações e projectos, dividiram-se as energias que devem estar dirigidas à promoção do sector. Por isso a opção actual do Estado é deixar o processo de captura e comercialização ao sector privado para se poder dedicar à formação, investigação, introdução de técnicas modernas, comercialização e desenvolvimento do crédito. A formação vai abarcar todas as categorias, incluindo cursos básicos e para capitães que não sirvam apenas para dirigir as embarcações mas que sejam capazes de gerir também as suas unidades; está a ser desenvolvido um programa de pesca experimental que irá permitir prestar informações técnicas e tecnológicas aos armadores; vai ser posta à disposição dos interessados uma linha de crédito em condições favoráveis para a aquisição de embarcações; a comercialização pode ser feita pelos intervenientes e para tal não existe nenhuma tabela de preços; o Estado criou uma empresa que compra os produtos a quem os não conseguir vender individualmente e, neste caso, o Estado reserva-se também ao direito de revender ao preço que achar conveniente.

Uma grande vantagem que se atribui à pesca é a isenção de todos os direitos alfandegários na importação de produtos (incluindo barcos) exclusivamente dirigidos ao desenvolvimento da pesca.

Várias diligências vêm sendo feitas para alargar o mercado internacional para o nosso pescado e para criar espaços de captura para lá das nossas águas marítimas, isso tendo em conta a pesca do atum que é uma espécie migratória que tem imposto aos nossos barcos um período de inactividade. ■



Pra
O refor
alcanç
quand
Rama
const

A ob
150 mi
ministr
e Pesca
inteira

Já
profun
com a
pela c
encor
análi
perfu
prec
derr
Ani
da

ga
co
te
cr
v

C